



UNIVERSIDADE DO MINHO
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

SEDE PROVISÓRIA
PALÁCIO DOS BISCAINHOS
27645 - BRAGA

Foi-me entregue em 18 de Março

Não tendo sido feita nenhuma
explicação (ora) no escrito →
U.M. sabe o assunto, não creio
necessário ouvir o Sr. Francisco Alves.

Prof. R. M. T. Machado
M. J. P. P.

Digitalizado por FCLB

-7.3.1979

us a U. M. e U. M.

18.3.79

17

Exm^o, Sr.

Presidente da Comissão Instaladora
da U.M.

Largo do Paço

BRAGA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

Assunto

154

26. MAR. 1979

Como é do conhecimento de V.Exa. não pude estar presente na reunião que teve lugar na passada sexta-feira na Câmara Municipal de Braga com o seu presidente, elementos do GATDSZAB (Grupo de Apoio Técnico para desbloqueamento da situação da Zona Arqueológica de Braga), representante da Comissão Instaladora e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, por motivos de convocação a uma reunião da Sub-Comissão de Arqueologia com a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural.

Fui no entanto informado, quando regresssei, de que o desmentido que fora enviado por esta Unidade à Imprensa, fora evocado com hostilidade nesta reunião, tendo sido informado também que seria enviado aos órgãos superiores da U.M. uma crítica a este procedimento da Unidade de Arqueologia.

Tendo em conta a importância desta ocorrência, solicito desde já ser ouvido pessoalmente pela Comissão Instaladora da U.M. na sua próxima reunião.

Com os melhores cumprimentos.

O Director da Unidade

Francisco J.S. Alves

SABADO, 24/MARÇO/1979

DO MINHO AO ALGARVE

BRAGA

QUEM DESMENTE QUEM?

ALGUNS POSSÍVEIS EQUÍVOCOS
E A UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

Sob um sublinhado e aberto «desmentido» em título, recebemos do director da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho um texto que referencia com o que aqui publicámos na altura da visita a esta cidade do secretário do Estado do Ordenamento Físico e Ambiente, eng.º Morais Barroco.

Esse largo «desmentido» logo, no entanto, se transforma em esclarecimento no primeiro parágrafo de entrada ao assunto em questão. Com efeito, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, a propósito directamento das declarações do eng.º Morais Barroco, que transcrevemos entre comas, afirma que «vem portanto esclarecer que».

Como pensamos que um desmentido não é um esclarecimento... pensamos que há logo aqui primeiro equívoco. Por outro lado, como as palavras foram, pelas comas apostas, do discurso directo daquele governante, ficamos também na dúvida se o director da Unidade de Arqueologia pretende desmentir, ou, melhor, esclarecer, aquele membro do Governo ou o jornalista que se ocupou do assunto o ouviu e gravou, no rigoroso sentido da palavra... as palavras do secretário de Estado.

Poderíamos, por agora, ficar por aqui pela nossa parte. Mas, como sempre, pensando que todos têm o direito de expor os seus pontos de vista, e o esclarecimento que nos chega pode, na verdade, esclarecer outros pontos e outras pessoas, que não a nós neste caso, acrescentamos algo mais.

A Unidade de Arqueologia, pelo seu director, vem dizer que ninguém dos seus serviços teve sequer conhecimento prévio da visita ao sr. secretário de Estado.

Bom! Não sabemos, e por

«Neste sentido — termina o texto — a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho acha extremamente inquietante, salvo por lapsos, a referencia acima citada, visto que, se uma palavra tivesse a dar sobre certos aspectos de modificações no espaço urbano, seria a de desacordo total quanto a algumas iniciativas, quiçá reveladoras de uma grande insensibilidade perante o passado que está presente no espaço urbano bracarense».

Temos que reafirmar, neste ponto, que não houve «lapsos», da nossa parte, pelo menos. Para errarmos o menos possível, tentamos sempre estar no acontecimento e falar directamente com as pessoas. E a nossa linha programática de trabalho, fica-

mos assim menos sujeitos a desmentidos e mais ao abrigo de esclarecimentos. E se estes vêm, gostamos de ler a razão e a verdade conosco.

Aliás, as declarações do eng.º Morais Barroco não foram exclusivas para «O Comércio do Porto». Alguns colegas as ouviram e não terão deixado certamente de as publicar nos órgãos de Informação para que trabalham, com a mesma honestidade que nós.

Não sabemos — e neste assunto a nossa única falha — se o director da Unidade de Arqueologia — a qual é a quem toda a cidade reconhece os méritos e o trabalho — os leu e se também os desmentiu. Ou esclareceu...

BRISSOS DA FONSECA

daquelle governante, ficamos também na dúvida se o director da Unidade de Arqueologia pretende desmentir, ou, melhor, esclarecer, aquelle membro do Governo ou o jornalista que se occupou do assunto e ouviu e gravou, no rigoroso sentido da palavra... as palavras do secretario de Estado.

Poderíamos, por agora, ficar por aqui pela nossa parte. Mas, como sempre, pensando que todos tem o direito de expor os seus pontos de vista, e o esclarecimento que nos chega pode, na verdade, esclarecer outros pontos e outras pessoas, que não a nos neste caso, acrescentamos algo mais.

A Unidade de Arqueologia, pelo seu director, vem dizer que «ninguém dos seus serviços teve sequer conhecimento prévio da visita do sr. secretario de Estado.

Bom!... nós soubemos e por isso o fomos ouvir. Não parece é que fosse da nossa competência informar a Unidade de Arqueologia. Mas admitimos que outras entidades o deviam ter feito. Francamente, perante as declarações do secretario de Estado, prestadas, na presença, entre outras individualidades, do presidente da Câmara de Braga, até fomos levados a pensar que «os Serviços de Arqueologia» tivessem estado representados por algum ou alguns elementos da Unidade.

Reflectiu-se aqui outro equívoco mas não foi o jornalista que o provocou.

Assim como também não é culpado de terem sido, naquellas circunstâncias e no mesmo momento, referidos «Serviços de Arqueologia» que nos diz agora o esclarecimento desconhecer que existem.

Os dois últimos pontos do documento que recebemos revelam, no entanto, que «a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho exprime o seu total accordo quanto ao interesse de se integrarem, no estudo de planos urbanísticos — nomeadamente no caso de Braga (dada a importância das suas áreas de reconhecido interesse histórico-arqueológico) — serviços de especialidade e competência diversas, como os de arte e arqueologia, o que já é pura rotina em países onde a institucionalização de consultorias de salvaguarda e valorização do património cultural está desde longa data estabelecido»